

Brasília, 21 de junho de 2017.

Plantão de Direção: Rogerio Marzola, Robertinho e Neusa.
Em Brasília: Leia

INFORMES NACIONAIS

VITÓRIA DOS TRABALHADORES(as) A MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES EMPLACA UMA DERROTA AO PROJETO DE RETIRADA DE DIREITOS

A mobilização e pressão dos trabalhadores na luta em resistência a retirada de direitos, teve um desfecho importante nessa 3ª feira no Congresso Nacional, com a derrota, por 10 x 9 votos, da PEC da Reforma Trabalhista (PEC-38/2017) na CAS (Comissão de Assuntos Sociais – Senado Federal).

A maior Greve Geral da história dos trabalhadores seguida pela Marcha Nacional demonstrou a sociedade, ao parlamento e ao poder executivo que os trabalhadores não se calarão diante das ações desse governo ilegítimo, que assumiu o poder, através dum golpe político, midiático e parlamentar, com a tarefa de golpear os direitos trabalhista e sociais dos trabalhadores.

Os parlamentares estão atentos ao movimento dos trabalhadores e a negativa da sociedade, que não concorda com as ações desse governo, que possui a mais alta taxa de desaprovação. Apenas 3% da sociedade aprova o Governo Temer. Por isso os trabalhadores devem comemorar essa vitória ampliando a luta em resistência a retirada de direitos, rumo a Greve Geral convocada pelas Centrais para o dia 30 de junho e pelo FORA TEMER.

Três parlamentares da base governista mudaram seu voto, pois já avaliam que a fidelidade ao Presidente ilegítimo pode custar seu próximo mandato. Portanto o parlamento tem que ter lado. Ou respeita a sua base de sustentação, que é o voto que o elegeu, ou “morre” ao lado desse governo, que se desmancha, diante das inúmeras denúncias de corrupção. A FASUBRA reforça sua orientação de participação da GREVE GERAL, marcada para o dia 30 de Junho, aprofundando as ações na base da categoria, informando e conscientizando quanto a necessidade de participação na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, contra a venda do Brasil para o capital estrangeiro, em defesa da soberania e democracia.



**RUMO A GREVE GERAL DO DIA 30 DE JUNHO
CONTRA RETIRADA DE DIREITOS**

FORA TEMER

COMUNICADO SOBRE A CAMPANHA SALARIAL.

O último acordo salarial, assinado pela FASUBRA com o governo foi fruto da Greve de 2015. Após meses em Greve fechamos um acordo parcelado em dois anos, cujo a última parcela foi paga em janeiro de 2017.

Em continuidade a Campanha Salarial de 2017, que exige reposição salarial justa e melhores condições de trabalho, a Fasubra sindical vem solicitando audiências com o atual governo desde o ano passado. A última vez que o MEC recebeu uma representação da Fasubra foi em 2016 antes da greve que fizemos contra a PEC 55.(PEC do Fim do Mundo). Nessa reunião a representação do governo foi categórica em nos informar que não havia nenhuma abertura para negociar qualquer acordo salarial por conta do ajuste fiscal como também o próprio presidente Temer já havia dado declarações públicas que acordo salarial com o funcionalismo somente no próximo governo.

Diante desse cenário de ajuste fiscal e instabilidade política no país a Fasubra sindical não recuou um milímetro em ter iniciativas que force o governo e o congresso a parar com os ataques como também tem exigido constantemente a abertura das negociações tanto gerais como específicas do funcionalismo e em especial da pauta dos Técnicos Administrativos em Educação.

A federação continuou solicitando audiências com o governo, por meio De vários escritórios, caracterizando como inexistente um processo de negociação para o caso de um processo junto ao STJ, nos moldes definidos pelo STF.

A Fasubra Sindical esteve entre as principais entidades que construíram a luta contra a PEC do Fim do mundo no final do ano passado. Fizemos uma greve da educação federal e mobilizamos milhares a Brasília em unidade com o movimento estudantil na marcha da educação no dia 29 de novembro que foi duramente reprimida pelo governo.

Já no início de 2017 a Fasubra sindical em conjunto com as entidades que compõe o Fórum dos servidores públicos federais deu a largada para a campanha salarial 2017, construiu um seminário nacional e uma pauta unificada protocolada no Ministério do Planejamento mas que infelizmente até hoje não houve qualquer resposta. Além disso, a Fasubra por inúmeras vezes solicitou audiências com o MEC, sem resposta até a presente data. Essa não é uma realidade somente da Fasubra. Nenhuma entidade sindical do funcionalismo vem conseguindo canais de interlocução com o governo e muito menos qualquer negociação efetiva.

O governo Temer parece existir somente para aplicar reformas que retiram direitos sociais e históricos e se fecha para qualquer iniciativa que signifique dialogo. A palavra de ordem nessa conjuntura é Resistir e Lutar contra as ameaças aos direitos da classe trabalhadora que vem sendo encaminhado por um governo golpista e ilegítimo.

Diante dessa situação a Fasubra esteve na construção do dia 08 de março contra a violência **as mulhere**se contra as reformas que atacam direitos históricos das trabalhadoras e trabalhadores, como também na construção das mobilizações do dia 15 de março que abriram as condições para a greve geral do dia 28 de abril envolvendo todos sindicatos filiados, que atenderam o chamado da federação e das centrais, parando as instituições federais e estaduais em todo país.

A Marcha do dia 24 de maio, com mais de 100 mil trabalhadores em Brasília, na luta contra as reformas da previdência, trabalhista e contra as terceirizações, **também** teve uma forte participação e protagonismo da FASUBRA.

O perfil do governo ilegítimo de Temer está demonstrado em suas ações, ao atuar como um inimigo da classe trabalhadora. Não há negociação e nenhum dialogo sobre a pauta dos trabalhadores e as entidades sindicais e movimentos sociais não são ouvidas.

O governo Temer tem dois objetivos principais:

01. Saquear direitos sociais e democráticos, governando abertamente para os ricos e poderosos aprofundando e acelerando os ataques.

02. Usar as estruturas do estado para defender a si próprio e aliados de perderem mandatos e serem presos por conta das investigações e envolvimento com escândalos de corrupção.

Um governo que não tem projeto, que não atende os interesses dos trabalhadores, que não tem apoio popular, que é conivente com o capital rentista, com objetivo de destruir direitos não merece nenhuma confiança ou expectativa. Não resta outra alternativa aos trabalhadores, além de acumular forças para tirar Temer do palácio do planalto.

Parabenizamos a disposição de luta da nossa categoria e dos sindicatos filiados, por entenderem a **gravidade da** conjuntura na qual estamos inseridos, atendendo o chamado da federação para lutar.

Queremos, ainda, com essa nota esclarecer que a Fasubra sindical sempre esteve disposta ao diálogo e a negociar nossa pauta, diversas vezes protocolada junto ao governo. Mas, infelizmente, a postura arrogante, impopular e **anti sindical** aplicada pelo governo Temer, não abre qualquer canal de dialogo com as entidades do funcionalismo como também com a Fasubra.

Diante desse quadro, a Fasubra seguirá construindo ações em conjunto com as centrais como a greve geral do dia 30 de junho, e irá discutir em sua próxima plenária nacional e com o Fórum dos Servidores Públicos Federais, ações e manifestações de rua.

A Fasubra dará prosseguimento a ações judiciais que sigam exigindo do governo **a abrir** negociação com a pauta geral do funcionalismo bem como com a pauta específica da Fasubra.

Mas é importante que o conjunto da categoria dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, entendam a conjuntura mais difícil e mais acirrada para os trabalhadores, dos últimos períodos. A prioridade das lutas de todos (as) trabalhadoras e trabalhadores na atual conjuntura é a derrubada do governo Temer e a luta contra a retirada de direitos, expressa nas reformas. O que está em jogo nesse momento não pode ser somente a preocupação se teremos um reajuste salarial, mas se vamos derrotar o projeto de retirada de direitos, que vão impor condições de vida ainda mais difíceis para nossa categoria e para os trabalhadores em geral. Se a Luta geral não reverter a PEC do Fim do Mundo que já foi aprovada (e que impede reajuste salarial por 20 anos), o projeto de terceirizações que também já foi aprovado no congresso nacional (e acaba com concursos públicos) e se não impedirmos que a reforma trabalhista e da previdência sejam aprovadas no congresso estaremos diante de uma derrota histórica dos trabalhadores.

GREVE GERAL JÁ! DIA 30 DE JUNHO VAMOS PARAR O PAÍS!
Negociação salarial já!
Fora Temer!
Abaixo as reformas da previdência e trabalhista!
Anulação da Emenda Constitucional do Fim do Mundo e da Lei das Terceirizações já!

FASUBRA participou da mesa no 55º Congresso da UNE que debateu a ocupação dos espaços públicos e a cultura na universidade

De 14 a 18 de junho aconteceu o 55º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG. A FASUBRA Sindical representada pela coordenadora Leila Oliveira, participou da mesa de debates “A ocupação dos espaços públicos e a cultura na universidade”, junto a Alê Youssef, presidente da Associação Cultural Acadêmicos do Baixo Augusta, Flávio Renegado, músico e Ivana Bentes professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A Federação apresentou o olhar do técnico-administrativo em educação, que participa da comunidade universitária e vivencia no cotidiano a forma em que os espaços públicos da universidade são ocupados.

Privatização dos espaços

Na ocasião, a FASUBRA denunciou a forma de privatização dos espaços nas instituições por meio de concessões para bancos, cantinas, correios, estacionamento, aluguel de teatro e espaços públicos da instituição. “Hoje o espaço da universidade é cada vez mais privatizado, de forma direta ou indireta”.

A coordenadora levantou a questão da necessidade de identificar o que são os espaços públicos e para quem e a quem servem. Também falou da ausência de espaço público para os estudantes, como exemplo, para realização de festas, “hoje é proibida a calourada, os estudantes fazem festas clandestinas e são punidos por isso”.

Segurança na universidade

A Federação acredita que a universidade deve ser referência na produção de conhecimento, sobre a forma de combate à violência e ao caos urbano. Segundo a coordenadora, atualmente a universidade copia medidas protetivas utilizadas por empresas privadas dentro do *campus*.

Como exemplo citou as cancelas nas entradas das instituições, gradeamento, muros, vigilância eletrônica, polícia civil e militar dentro do campus. “Ou seja, a universidade não está cumprindo com seu papel que é pensar alternativas para defender a universidade, superando o mito de que a universidade é uma ilha, porque hoje a universidade vive dentro do espaço urbano”.

Reforma Universitária

A coordenadora fez um resgate do ideal de universidade, concebido originalmente como cidade universitária. Após a Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540/68, promovida pela ditadura militar, a visão de cidade universitária foi substituída pela de campi universitário.

“Antes o campus universitário era muito distante dos espaços urbanos, com o desenvolvimento passou a ser área física dentro da cidade, portanto, sujeita ao caos urbanos como a violência, congestionamento de trânsito e drogas”, afirmou Leila.

A Federação destacou a ausência de debates de forma acadêmica e científica sobre a causa da insegurança e o combate à violência dentro da instituição.

Ao final, a FASUBRA apresentou um desafio centrado em três aspectos. Abrir um espaço de discussão na universidade por meio dos conselhos superiores, identificar o conceito do que é espaço público e como são utilizados. “Será que estão sendo utilizados da forma correta”?

Questionar a administração das Universidades sobre as “medidas protetivas”, copiadas do setor privado e aplicadas nas instituições, isolando a instituição do meio urbano. “Esse isolamento não está contribuindo para o saneamento do processo de combate à violência e insegurança que existe nos meios urbanos e *campus* universitários”, afirmou a coordenadora.

LANÇAMENTO

Conferência Nacional Popular de Educação

Manifesto em prol da democracia e da educação transformadora

“O amplo e democrático processo de participação da sociedade civil na realização da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2014), desde suas etapas preparatórias realizadas nos municípios, estados e no Distrito Federal, contribuiu de maneira inegável para consolidar o avanço das políticas de educação, especialmente, para o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e para a elaboração ou adequação dos planos estaduais/distrital e municipais de educação correspondentes, bem como para a sua implementação e avaliação.

Foi o que atestou o documento final resultante das deliberações da conferência, material que, desde então, constituiu-se no principal subsídio para o processo de mobilização e o debate permanente entre educadores e entidades da sociedade civil organizada comprometida com a educação. Compromisso que passava não apenas pela implementação e avaliação do PNE e os correspondentes planos decenais discutidos e/ou aprovados pelas câmaras municipais e assembleias legislativas em todo o país, mas também pela institucionalização do Sistema Nacional de Educação.

A perspectiva desse pacto social firmado entre a sociedade civil organizada e o Estado é o de que um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e soberano do Brasil não prescinde — pelo contrário, necessita — de uma educação verdadeiramente democrática, a qual só se assegura por meio do fortalecimento da educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade e, de outro lado, da regulamentação da educação privada, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais.

Esse pacto foi rompido pela implementação das políticas ilegítimas de Michel Temer. Rompido pela entrega do pré-sal, cujos royalties seriam destinados para a educação, aos interesses estrangeiros e pela Emenda Constitucional 95, que, ao congelar por 20 anos os investimentos em políticas públicas no país, inviabilizou por completo o cumprimento das diretrizes e metas do PNE, incluindo a mais conhecida delas: a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação. Rompido pela suspensão de programas e políticas de acesso que afetam a garantia constitucional de universalização da educação básica e expansão da educação superior. Rompido pela reforma do ensino médio feita arbitrariamente via medida provisória, sem discussão com educadores e entidades do campo educacional, e que torna essa etapa da educação básica ainda mais excludente, rebaixando a formação e visando ao desmanche e à privatização da escola pública. Rompido pela aprovação da terceirização irrestrita, inclusive para atividades-fim, medida cujos efeitos são a precarização nas relações de trabalho e ampliação da degradação das condições de trabalho, a supressão dos direitos dos trabalhadores, o rebaixamento salarial, a perda de direitos sociais e a redução da representação sindical, sem contar o grave prejuízo à qualidade do ensino e ao projeto pedagógico das instituições. Rompido pela leniência — ou, de fato, conivência do Poder Executivo — com tentativas explícitas e espúrias de censura e criminalização do magistério, como a simbolizada pela parcialidade do movimento Escola Sem Partido e suas propostas de implementação de leis da mordaza em todo o país. Rompido pelo aparelhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), pela ingerência e recomposição à revelia do Fórum Nacional de Educação (FNE) — com a exclusão de entidades históricas do campo educacional e a abertura do órgão aos interesses do capital privado — e pela nítida intenção do Ministério da Educação de inviabilizar a realização de uma Conae/2018 nos moldes democráticos e com ampla participação social.

É diante desse cenário, que demanda forte contraposição, que se mobiliza esta Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), como instrumento de resistência em defesa dos avanços e dos espaços de interlocução conquistados após décadas de muita luta e que agora estão sendo destruídos e/ou usurpados pelo atual golpe político, ao qual não interessa o fortalecimento de uma educação pública, laica, democrática, inclusiva, crítica e de qualidade socialmente referenciada.

Sem a reflexão sobre uma concepção pedagógica crítica, o enfrentamento das políticas ilegítimas deste governo e a construção do Sistema Nacional de Educação, com fortalecimento da escola pública e regulamentação do ensino privado, não há projeto democrático de educação. Para isso, o movimento educacional necessita mostrar que o desenvolvimento da educação não se dá apenas no âmbito da luta educacional, mas também no enfrentamento à exclusão, à concentração de renda e às disparidades regionais e sociais, consequências de uma noção de desenvolvimento baseada no consumo, que acirra a desigualdade e à qual o combate exige ações políticas e sociais articuladas.

Assim, esta Conferência Nacional Popular de Educação é uma convocação à retomada da democracia no país e das vozes da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e das entidades educacionais; uma reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora.

Brasília, 20 de Junho de 2017”

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

JUNHO

29	Audiencia da Auditoria Cidadã da Divida(as 09:00hs)
30	GREVE GERAL - A Fasubra sindical orienta todos os sindicatos filiados a construir através dos comitês estaduais contra as reformas paralisando todas as IES e participando das manifestações de rua nessa data.

JULHO

04,05 e 06	Reunião da DN-FASUBRA
05	Reunião Ordinária do FENTAS
05	Seminário dos 3 anos do PNE- Plano Nacional da Educação - as 09:00hs Auditório Nereu Ramos
06 e 07	295ª Reunião Ordinária do CNS
07	Seminário Nacional de HUs
08 e 09	Plenária Nacional da FASUBRA

AGOSTO

09	Reunião Ordinária do FENTAS
10 e 11	296ª Reunião Ordinária do CNS
09 e 11	VIII Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais das IFES, CEFETS e IPES

SETEMBRO

13	Reunião Ordinária do FENTAS
14 e 15	297ª Reunião Ordinária do CNS

OUTUBRO

01 á 06	XXVI Seminário Nacional de Segurança das IPES e IBTT na Universidade Federal de Goiás Sint-ifesgo
04	Reunião Ordinária do FENTAS
05 e 06	298ª Reunião Ordinária do CNS

NOVEMBRO

08	Reunião Ordinária do FENTAS
09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
26 a 01	Congresso Nacional da Fasubra

DEZEMBRO

06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS